

Após a leitura do texto, responder às perguntas e discutir com seu grupo. O líder deverá postar no fórum, o resultado do trabalho.

1. Qual a crítica que faz o autor sobre a "matematização" da Teoria Econômica?
2. Por que a Ciência Econômica está - nas palavras do autor - "sob fogo cruzado"?
3. Qual a saída apontada no texto para proteger o povo contra as más políticas?

A mão invisível pode ser verde também

Nada impede que os mercados sejam uma força a favor do meio ambiente - desde que os ambientalistas aprendam a gostar deles.

“Impor, regulamentar e litigar”. Estas têm sido, há muito tempo, as palavras de ordem dos ambientalistas. Em nenhuma parte do manifesto verde o mercado chega a ser muito mencionado. E, estranhamente, foram os EUA, com sua mentalidade pró-mercado, que lideraram a tendência dirigista. Há 30 anos, o Congresso aprovou leis, inclusive a Lei do Ar Limpo, que definiram metas grandiosas e, no geral, estabeleceram padrões tecnológicos rígidos. Grande parte do mundo seguiu o exemplo dos EUA

Esta abordagem de cima para baixo ao ambientalismo é, há bastante tempo, motivo de orgulho para grupos como o Natural Resources Defence Council (NRDC), uma das organizações ambientalistas mais influentes dos EUA. E com razão, pois tem tido seus sucessos: o ar e a água no mundo desenvolvido estão sem dúvida mais limpos do que há 30 anos, apesar de as economias dos países ricos terem crescido rapidamente. Isso convenceu esses grupos a defenderem vigorosamente o *status quo* ambiental.

Mas, os tempos podem estar mudando. Gus Speth - hoje à testa da escola de meio ambiente da Yale University e anteriormente dirigente do World Resources Institute e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de ter sido um dos fundadores do NRDC - explicou recentemente como foi convertido à economia de mercado: “Há 30 anos, os economistas da Resources for the Future defendiam a idéia de impostos sobre a poluição. Nós, advogados do NRDC, achávamos, que eles estavam loucos e temíamos que derrubassem medidas de comando e controle como a Lei do Ar Limpo; assim, fizemos oposições a eles. Olhando para aqueles dias, devo dizer que este foi o maior fracasso de gestão ambiental, por não se terem estabelecido os preços corretos.”

Uma admissão de culpa notável; na verdade, porém, a abordagem de imposição e controle nunca teve o sucesso alegado por seus defensores. Por exemplo, embora tenha conseguido limpar o ar e a águas nos países ricos, fracassou nas áreas de gerenciamento de resíduos, emissões perigosas e esgotamento de espécies de peixes. Além disso, os ganhos obtidos tiveram preço desnecessariamente alto. Isso, porque exigências tecnológicas e leis burocráticas sufocam as inovações e ignoram as realidades locais, como os custos variáveis da redução no número de espécimes. Também se deixa de usar a análise de custo-benefício para soluções alternativas.

Os métodos de imposição e controle também serão inadequados para os problemas do futuro, que estão se tornando mais difíceis. Uma razão é que os problemas óbvios - como a poluição do ar e da água - já foram enfrentados. Outra é a crescente complexidade tecnológica: é provável que os problemas futuros apresentem ligações sutis - como as envolvidas no esgotamento da camada de ozônio e no aquecimento global - que exigirão respostas sofisticadas. O fator mais importante de todos poderá ser constituído pelas expectativas sempre crescentes da sociedade: à medida que os países se tornam mais ricos, suas populações começam a clamar por um meio ambiente ainda mais limpo. Como as providências simples e baratas já foram tomadas, a limpeza está se mostrando cada vez mais dispendiosa. Esta é a razão do novo interesse dos ambientalistas pelo mercado.

Cenouras, não apenas bastões. Nos últimos anos, o movimento ambientalista baseado no mercado decolou de várias maneiras. Com o comércio de emissões, funcionários do governo decidem a respeito de uma meta de poluição e, baseados nessa referência, alocam créditos comercializáveis às empresas. Aquelas que considerarem dispendioso reduzir as emissões poderão comprar créditos das empresas para as quais a redução é mais barata; assim, a meta é atingida com o mínimo de custo e perturbação.

A maior história de sucesso ambientalista da última década é, provavelmente, o inovador esquema dos EUA para reduzir as emissões de dióxido de enxofre (SO₂). Dan Dudek, do grupo ambientalista Environmental Defence (ED), e seus colegas com espírito de mercado persuadiram o presidente Bush (pai) a concordar com uma emenda à sagrada Lei do Ar Limpo, que introduziria um sistema de comércio de emissões para conseguir reduções no SO₂.

Na época, o assunto era controverso: a indústria de energia dos EUA afirmava que as reduções teriam custos proibitivos e quase todos os grupos ambientalistas consideravam a medida uma fraude. Nesse caso, a ED foi vitoriosa. O esquema americano superou seus objetivos iniciais, e a um custo muito inferior ao esperado. O interesse despertado pelo comércio no resto do mundo foi tão grande que a ED está assessorando grupos os mais variados, de funcionários da British Petroleum a burocratas na China e na Rússia.

A Europa avança com outro tipo de instrumento baseado no mercado: impostos sobre poluição. A idéia é cobrar impostos sobre bens e serviços, de forma que seus preços reflitam suas “externalidades” - jargão para o dano que produzem ao meio ambiente e à saúde humana. A Suécia introduziu, há dez anos, imposto sobre o enxofre e viu cair o teor de enxofre nos combustíveis para 50% abaixo das exigências legais.

Embora “imposto” ainda seja um palavrão nos EUA, outros países começam a adotar reformas fiscais ambientalistas, que transferem impostos sobre a mão-de-obra para a poluição. Robert Williams, da Princeton University, analisou o uso de energia (especialmente, os terríveis efeitos da poluição por materiais particulados sobre a saúde) e concluiu que essas externalidades são comparáveis, em valor, aos custos econômicos diretos da produção da energia.

As externalidades são apenas a metade da batalha para a correção de distorções de mercado. A outra metade envolve o fim de subsídios ambientalmente prejudiciais. Estes vão desde preços abaixo do mercado para a eletricidade e a água até vergonhosas doações em dinheiro a indústrias como a do carvão. Os técnicos da OCDE calculam que a eliminação de subsídios prejudiciais, juntamente com a cobrança de impostos sobre combustíveis baseados em carbono e o uso de produtos químicos, resultaria, até 2020, em emissões drasticamente menores que aquelas que poderiam ser conseguidas pelas políticas atuais. Se as receitas auferidas fossem então usadas para reduzir outros impostos, o custo dessas políticas virtuosas seria inferior a 1% da produção econômica da OCDE em 2020.

Nas palavras de Norman Myers, da Oxford University, esses subsídios são perversos. Provocam danos duplos, distorcendo mercados e encorajando comportamentos danosos ao meio ambiente. Os bancos de desenvolvimento dizem que esses subsídios chegam a US\$ 700 bilhões anuais, mas Myers admite que o verdadeiro valor está mais perto de US\$ 2 trilhões por ano. Além disso, os números não refletem totalmente os danos causados. Por exemplo, os países membros da União Européia (UE) subsidiam suas frotas de barcos pesqueiros em US\$ 1 bilhão por ano, mas esse fato encorajou um excesso de pesca suficiente para levar quase ao colapso muitas áreas de pesca do Atlântico Norte.

A pesca é um exemplo da “tragédia dos recursos comuns”, que surge com frequência nos debates ambientalistas. Um recurso como o oceano é comum a muitas pessoas, mas um “agente independente” pode se beneficiar, espoliando esse recurso comum ou nele despejando resíduos, sabendo que os custos dos seus atos serão provavelmente distribuídos entre muitos vizinhos. No caso de áreas de pesca comuns, a ausência de propriedade individual leva cada pescador a apanhar tantos peixes quanto puder - para prejuízo de toda a comunidade.

Certos e errados. A atribuição de direitos de propriedade pode ajudar, porque a garantia de direitos (fixados em níveis sustentáveis) alinha os interesses do indivíduo com o bem geral de preservação da natureza. Isso é o que conservacionistas céticos têm observado na Nova Zelândia e na Islândia, onde sistemas de cotas comercializáveis têm ajudado a recuperar os cardumes de peixes. Abordagens igualmente baseadas em direitos têm levado, por exemplo, à recuperação de rebanhos de elefantes no Sul da África, onde as autoridades dão destaque aos direitos de propriedade e à conservação pela iniciativa privada.

Toda esta conversa sobre direitos de propriedade e mercado deixa nervosos ambientalistas tradicionais. Carl Pope, dirigente do Sierra Club, um dos maiores grupos ambientalistas americanos, não rejeita as forças de mercado, mas expressa profundo ceticismo a respeito de seu alcance. Lembrando o difícil problema das mudanças climáticas, pergunta: “Quem tem direitos de propriedade sobre os recursos comuns?”

Mesmo assim, alguns ambientalistas estão se convertendo. Achim Steiner, do IUCN, admite que o único caminho à frente é a conservação baseada em direitos, permitindo que as pessoas pobres façam “uso sustentável” dos seus ambientes locais. Paul Faeth, do World Resources Institute, vai além, dizendo-se convencido de que as forças de mercado poderão gerar o Santo Graal do ambientalismo, a sustentabilidade – “mas só se tivermos preços corretos”.

Limites para os mercados. Os liberais econômicos afirmam que o próprio mercado é o maior mecanismo de descoberta de preços que o homem conhece. Deixe que funcione livremente e sem interferência do governo, dizem, e os preços são descobertos e adotados automaticamente. Jerry Taylor, do Cato Institute, um reduto liberal, afirma: “Hoje, o mundo já é sustentável - exceto onde não existe o capitalismo ocidental.” Taylor observa que os países que

se basearam em planejamento central, como União Soviética, China e Índia, fizeram, invariavelmente, alocações erradas de investimentos, sufocaram as inovações e prejudicaram o meio ambiente em escala muito maior que as prósperas economias de mercado.

Tudo isso é verdade. Mesmo assim, atualmente os mercados não são muito bons na avaliação dos bens ambientais. Estão em andamento tentativas nobres para ajudá-los a melhorar. Por exemplo, o Katoomba Group, grupo de empresas financeiras e energéticas ligadas a organizações ambientais, vem procurando acelerar o desenvolvimento de mercados para alguns dos “benefícios colaterais” da silvicultura, hoje ignorados, como a armazenagem de carbono e o gerenciamento de bacias hidrográficas, produzindo, desse modo, novas receitas para os proprietários de áreas florestais. Essa abordagem parece promissora: os consumidores de água, de funcionários da prefeitura de Nova York a operadores privados de hidrelétricas na Costa Rica, pagam a pessoas rio acima para que gerenciem melhor suas florestas e áreas agrícolas. Pagar pelo gerenciamento ambiental rio acima custa menos do que limpar a água rio abaixo, depois de ter sido poluída.

Os economistas também estão aderindo ao jogo de ajudar o capitalismo a “conseguir os preços corretos”. Ian Johnson, do Banco Mundial, afirma que indicadores econômicos convencionais, como o produto interno bruto, não medem corretamente a produção de riqueza, porque ignoram os efeitos da degradação ambiental. Johnson questiona a contribuição da indústria madeireira para o PIB da China, afirmando que esse cálculo ignora completamente os bilhões de dólares de danos causados pelas inundações resultantes do excesso de corte de árvores. Johnson defende uma medida mais abrangente, na qual o Banco Mundial está trabalhando, denominada “PIB genuíno”, que procura (de maneira imperfeita, reconhece ele) medir o esgotamento dos recursos naturais.

Isso poderá fazer diferença dramática na forma de avaliar o bem-estar dos pobres. Pelas medidas de mercado convencionais, quase todo o mundo em desenvolvimento - exceto a África - ficou mais rico nas duas últimas décadas. Mas, quando se leva em conta a degradação da natureza, argumenta Dasgupta, de Cambridge, os países da África e do Sul da Ásia estão hoje muito pior do que há algumas décadas. Mesmo a China, cujo “milagre” econômico tem sido tão alardeado, aparece com progresso mínimo.

A explicação, acha Dasgupta, está numa forma particularmente perversa de distorção de mercado: “Os países que exportam produtos baseados em recursos naturais (com frequência, os mais pobres) podem estar subsidiando o consumo dos países que os importam (com frequência, os mais ricos).” Prova disso estaria na prática, comum em países pobres, de incentivar a extração de recursos naturais. Seja através de licenças concedidas a preços abaixo do mercado, exportações fortemente subsidiadas ou corrupção de funcionários que toleram a exploração ilegal, o resultado é o mesmo: “O cruel paradoxo que enfrentamos, pode-se dizer, é o de que o desenvolvimento econômico contemporâneo é insustentável nos países pobres exatamente porque é sustentável nos países ricos.”

Não é preciso concordar com a conclusão de Dasgupta para reconhecer que os mercados têm seus limites. Isso não deve levar o mundo a deixar de tentar conseguir preços corretos - ou, pelo menos, deixar de tê-los tão errados. Para subsídios grotescos, a direção da mudança parece óbvia. Em outras áreas, o próprio mercado não pode fornecer informações suficientes para uma avaliação adequada da natureza. Isso vale para as ameaças a ativos essenciais, como a capacidade da natureza para absolver e “reciclar” o dióxido de carbono, cuja substituição não tem preço. É aqui que os governos devem intervir, assegurando a ocorrência de um debate público baseado em informações adequadas.

Para Robert Stavins, da Harvard University, a espinhosa noção de desenvolvimento sustentável pode ser reduzida a duas idéias simples: eficiência e equidade entre gerações. A primeira trata de tornar o bolo econômico o maior possível; Stavins acha que os economistas estão bem equipados para lidar com a questão e que podem ser usadas políticas baseadas no mercado para se atingirem objetivos. Quanto à segunda, está convencido de que os mercados devem se submeter ao discurso público e às políticas governamentais: “Os mercados podem ser eficientes, mas ninguém jamais disse que são justos. A pergunta é: O que devemos ao futuro?”